

TRAJETÓRIAS DE DESLOCAMENTOS: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DE MORADORES DA "RUA DO BURACO" NO ESPAÇO URBANO DE IPATINGA-MG¹

BCH-UFG
PERIODICOS

INTRODUÇÃO

Oconto "Os Dragões", de Murilo Rubião (1998), tem como cenário uma cidade na qual o aparecimento desses seres misteriosos gera muitas controvérsias entre os moradores: seriam eles "enviados do demônio", apesar da "aparência dócil e meiga"? Ou seriam "monstros antediluvianos"? O estranhamento provocado pela presença dos dragões na cidade acabou por sujeitá-los às mais discrepantes idéias e práticas dos cidadãos. Primeiramente, ao encerramento "numa casa velha, previamente exorcismada, onde ninguém poderia penetrar"; depois à sugestão de seu aproveitamento na tração de veículos e, mais tarde ainda, à tese de que deveriam receber nomes na pia batismal e serem alfabetizados. Em meio a tantas e diferentes interpretações, os dragões seguiam o curso da vida, por vezes, abandonados, noutras, embalando o convívio com as pessoas, com seu dom de vomitar fogo. Em suas trajetórias urbanas, a maioria dos dragões morreu afetada por moléstias, enquanto os poucos sobreviventes foram corrompidos na vida do lugar, numa "resistência surda" aos ensinamentos morais que lhes foram dispensados.

O cenário e as trajetórias ficcionais dos perso-

CLÁUDIO MÁRCIO L. DE CASTRO*

MAGDA DE ALMEIDA NEVES**

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo das trajetórias sociais de trabalhadores que migraram para Ipatinga, atraídos pela implantação das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS), mas que, não tendo sido formalmente incorporados ao projeto sócio-urbanístico da Empresa, formaram o primeiro núcleo de pobreza urbana da cidade: a Rua do Buraco. Examinam-se, pois, no trabalho, os processos socioculturais e os cenários urbanos nos quais os moradores da Rua teceram as suas trajetórias como requisito fundamental para compreender o seu destino social na cidade, passados mais 40 anos do início da sua formação.

ABSTRACT

This work constitutes a study of the social trajectories of workers who migrated to Ipatinga, attracted by the implantation of the Siderurgical Plant of Minas Gerais (USIMINAS), but since they have not been formally incorporated to the social-urbanistic project of the Company as a consequence they formed the first nucleus of urban poverty in the city: "the Street of the Hole". Therefore, it is examined in the work, the sociocultural processes and the urban scenes in which the inhabitants of the Street had woven its trajectories as basic requisite to understand its social destination in the city, after 40 years from the beginning of its formation.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

** Doutora em Sociologia, professora do Programa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

nagens centrais do conto de Rubião são atraentes "chaves" interpretativas dos cenários e das trajetórias sociais que se constituem objeto deste trabalho. O cenário, a cidade de Ipatinga, em sua formação e desenvolvimento como pólo urbano-industrial, situado na Região Metropolitana do Vale do Aço, ao leste do Estado de Minas Gerais, a partir do final da década de 1950, no bojo do processo nacional-desenvolvimentista de expansão e dinamização da indústria de base no país. As trajetórias, por sua vez, protagonizadas por trabalhadores que migraram para a cidade buscando se integrar a esse emergente universo urbano-industrial e, não sendo formalmente incorporados ao projeto da moderna cidade traçada pelo arquiteto e urbanista Rafael Hardy Filho², ali criaram seu primeiro núcleo de pobreza: a Rua do Buraco.

A implantação e o funcionamento do empreendimento siderúrgico que nascia da co-operação técnico-financeira nipo-brasileira, a USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – dependiam fundamentalmente do recrutamento de força de trabalho operária para a região, que, do ponto de vista da ocupação humana, até então se constituía em um "vazio verde". Em pouco tempo, a

então Vila Ipatinga – nascida em torno da Estação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, no início da década de 1920, e da atividade de produção de carvão vegetal para abastecer os fornos da Companhia Belgo Mineira, iniciada na década seguinte – recebeu uma grande leva de pessoas à procura de trabalho assalariado no sistema fabril.

Formada por um amontoado de becos e ruelas, a Rua do Buraco se constituiu, então, em um universo paralelo à “Cidade Usiminas”, concebida no plano urbanístico de Hardy Filho como braço da produção industrial. Um universo destinado a abrigar os diversos tipos sociais que chegavam à cidade-eldorado para explorar, de alguma maneira, as oportunidades que ali surgissem, mas que acabaram por ficar à margem dos mecanismos formais de inserção social à época – emprego e habitação (RIBEIRO, 1994) – assim como das políticas de assistência social em saúde, auxílio alimentação e crédito, dispensadas pela Empresa a seus trabalhadores formais. Um universo com identidade sócio-territorial distintiva, que se compôs de diversos territórios, no qual, respectivamente, se desenvolviam e preponderavam diferentes tipos de sociabilidades: o das famílias, o da criminalidade, e o do meretrício, ali implantado na década de 1960, para explorar o tempo livre do enorme contingente de trabalhadores, amontoados em alojamentos construídos pela empresa e suas empreiteiras.

É, pois, sob a perspectiva do universo da Rua do Buraco e de seus moradores que analisamos o contexto de formação e transformação da cidade de Ipatinga. Uma Rua na qual transcorreram “episódios pequenos, mas característicos dos processos a longo prazo e em larga escala a que costumamos referir-nos com termos como ‘industrialização’, ‘urbanização’ ou ‘desenvolvimento comunitário’” (ELIAS, 2000, p. 68). Uma Rua pensada diacronicamente, em seu movimento de formação sócio-espacial e identitária, no curso do processo dialético de construção e crescimento da cidade de Ipatinga. Uma Rua fadada a desaparecer da paisagem urbana, e ao esquecimento na memória coletiva, pela força do urbanismo voltado à construção de uma cidade moderna e disposto a dela extirpar os elementos destoantes.

Depois de sucessivas tentativas de “desfavelização” da área, nas décadas de 1970 e 1980, o intento

de “higienização” da mesma se efetivou em meados da década de 1990, mais precisamente no período de 1995 a 1998, por meio do projeto denominado “Novo Centro”. Embalado pela onda de iniciativas de “revitalização” de centros urbanos nas grandes metrópoles mundiais e nacionais, o referido projeto foi desenvolvido contando com recursos da Prefeitura Municipal e financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (BDMG) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).³ Por ter como objeto das intervenções um espaço urbano historicamente ocupado, o processo de “revitalização” do centro implicou a retirada de, aproximadamente, 1200 famílias ali residentes.

No período que antecedeu a aprovação do projeto *Novo Centro*, 325 famílias foram “removidas” da área, em razão de terem sofrido os impactos de uma grande enchente do ribeirão Ipanema, em 1993. A maioria dessas, 187, fora indenizada pelas benfeitorias do imóvel de origem, ao passo que 51 famílias, que eram de inquilinos na área central, receberam ajuda financeira referente a um ano de aluguel, e outras 87 foram reassentadas em outros bairros da cidade, em moradias cujas dimensões variavam entre 20 e 29 metros quadrados.⁴ Com a aprovação do projeto *Novo Centro*, o processo de “remoção e reassentamento” dos moradores da Rua do Buraco seria objeto de um subprojeto habitacional específico, destinado a aproximadamente 875 famílias remanescentes na área, após a enchente. Cerca de 600 famílias residentes em áreas de risco (alagáveis e encostas) – aí considerando o atendimento de famílias moradoras de aluguel e a margem da contingência – foram reassentadas em um novo bairro denominado Planalto 2, construído a aproximadamente dois quilômetros do centro da cidade. Metade dessas famílias, por ter a posse de seus imóveis na área de origem, recebeu novas unidades habitacionais prontas. A outra metade, que residia na Rua na condição de inquilino, obteve novas casas, mediante a participação na sua construção em regime de mutirão, coordenado pela Prefeitura Municipal. As demais famílias, que não foram reassentadas no Planalto 2, assim como os proprietários de imóveis que nela não residiam, foram indenizadas.

Passados mais de quarenta anos do início da formação da cidade de Ipatinga, período no qual

várias intervenções públicas de cunho urbanístico e social foram efetivadas, qual teria sido o destino dos moradores da Rua do Buraco? Teriam sido, ou não, inseridos no tecido social e urbano da “cidade moderna”? Quais teriam sido, para eles, as conseqüências sócio-culturais do projeto de “revitalização” do centro da cidade? E, enfim, como lembram e representam suas trajetórias?

O objetivo deste trabalho é refletir sobre essas perguntas, procurando demonstrar que a trajetória dos moradores da Rua do Buraco é integralmente marcada pela sua inclusão, subordinada à dinâmica sócio-econômica da cidade. O que significa dizer que, ao invés de socialmente excluídos, esses moradores foram integrados à referida dinâmica, em posições e condições sociais que, além de não lhes possibilitar disputar efetivamente as vantagens sociais, contribuíram para retro-alimentar a lógica produtora de desigualdades na cidade (DEMO, 1998).

Para compreender a Rua em seu movimento e as experiências sócio-urbanas de seus moradores, adotamos como perspectiva metodológica fundamental a investigação das trajetórias sociais de oito destes, através do trabalho de memória⁵ que realizaram. As trajetórias sociais dos moradores da Rua do Buraco são essencialmente marcadas pela experiência de deslocamentos, pensados em suas dimensões espacial, temporal, social e identitária. *Deslocamento* é uma noção aqui compreendida no sentido do desarticular-se de algo e/ou de algum lugar, que expressa, em boa medida, as experiências do sujeito moderno em um universo no qual, como disse Marx⁶, “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

As trajetórias dos moradores da Rua constituem, pois, experiências singulares cujas interpelações de processos históricos, movidos basicamente pelas mesmas variantes sócio-econômicas e culturais, acabaram por gerar a interconexão entre diferentes temporalidades em um lugar – a Rua do Buraco. Por isso, embora singulares, essas trajetórias têm como experiência comum: a migração para Ipatinga; a habitação num território segregado sócio-espacialmente, o que lhes conferiu o estigma da impureza e do perigo e, por fim; as conseqüências sócio-culturais da remoção do seu lugar de vida por ocasião do projeto de “revitalização” do centro da cidade.

Além do trabalho de memória dos referidos moradores, para o alcance dos objetivos pretendidos com a pesquisa, fez-se necessário ainda realizar ampla pesquisa documental em arquivos públicos e privados, bem como trabalho de observação em campo, sobretudo, em duas áreas nas quais parte dos moradores da Rua se encontra assentada hoje: o bairro Planalto 2; e a antiga Rua Araxá, onde funcionava a zona boêmia, denominada Juá.

Em síntese, a análise das trajetórias sociais de moradores da Rua assentou-se na investigação: 1) dos cenários urbanos da cidade em que foram e são tecidos a “cidade”, a “Rua” e os “bairros”, entendidos aqui como estruturas condicionantes; assim como 2) das representações de seus protagonistas acerca do percurso social realizado, expressas nas lembranças selecionadas e articuladas em suas narrativas.

FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL E SEGREGAÇÃO SOCIAL: A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Na “Cidade Usiminas” o espaço foi, então, dividido em bairros concebidos como unidades de vizinhança autônomas, destinadas a abrigar distinta e separadamente os funcionários da empresa, de acordo com as suas posições na escala hierárquica. Essa concepção implicava cada bairro possuir suas próprias áreas de comércio, educação e lazer, apostando-se, com isso, na criação de várias centralidades como mecanismo de dispersão e de segregação sócio-espacial dos diferentes segmentos populacionais.

Entretanto, fratura maior logo se constituiria entre o espaço da cidade que emergia sob o signo da modernidade e as áreas não-incorporadas ao plano urbanístico da Empresa, sobretudo o povoado pré-existente, sintomaticamente chamado “Ipatinga Velha”. Esses dois universos paralelos em termos de infra-estrutura urbana – habitados por diferentes classes sociais – inscreviam, assim, as marcas das diferenças sociais no espaço urbano da cidade. De um lado, a “cidade planejada” dos trabalhadores da USIMINAS, dos “segmentos formalmente integrados” ao sistema sócio-econômico vigente; do outro, a “cidade espontânea”, habitada, majoritariamente, por trabalhadores que mantinham uma relação de externalidade com o modo de produção capitalista,

e viviam em precárias condições sócio-ambientais (RIBEIRO, 1994).

Inicialmente, cerca de dez mil trabalhadores foram recrutados pela política de recursos humanos da USIMINAS. Porém, apenas parte desses trabalhadores foi assentada no espaço urbano, segundo o plano elaborado e executado pela Empresa. Pois, a estratégia de recrutamento adotada pela mesma era a de arrematar mais trabalhadores do que efetivamente demandava, de modo que pudesse realizar a seleção de pessoal com margem significativa para substituição.

Em decorrência desse procedimento, formou-se uma reserva de mão-de-obra no sítio em que estava instalada a Empresa, ou, nos termos marxistas, um “exército industrial de reserva” que, além de se constituir em forte entrave à organização da classe operária, deu origem ao primeiro contingente de pobres na cidade. Esse excedente programado de trabalhadores não incorporados imediatamente às atividades produtivas formais protagonizou a constituição de diversas atividades econômicas informais, a ocupação desordenada e precária de espaços urbanos, dando origem aos primeiros núcleos de pobreza da cidade – verdadeiros universos de negação à pretensa “civildade urbana” que haveria de resultar do projeto de sua construção.

A implantação e urbanização de Ipatinga transcorreram, pois, como parte do amplo processo de transformação da antiga sociedade rural exportadora, e a emergência de uma complexa sociedade urbano-industrial. Processo que, embora marcado por um razoável grau de mobilidade ocupacional e de integração à vida urbano-industrial, caracterizou-se pelo surgimento de um “vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres urbanos, inseridos em variadas formas precárias de produção e sobrevivência” (RIBEIRO, 1994, p. 263-264).

Desde cedo, o “velho” núcleo da cidade se constituiu, no cenário da cidade moderna, o que Lefebvre denomina uma “heterotopia” – “o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado. Ordem distante”, em relação à isotopia – “os lugares do mesmo, mesmos lugares”, representada pela “Cidade Usiminas” (LEFEBVRE, 2000, p. 120).

Por se configurar como um lugar de precárias condições urbanístico-ambientais, no qual se cristalizou a primeira imagem da pobreza urbana em Ipatinga e, sobretudo, por ter sido um espaço aberto ao abrigo de todos os tipos sociais que chegavam à cidade, a Rua do Buraco tornou-se socialmente segregada e, com efeito, adquiriu uma identidade distintiva. Pois, nos termos de Marcuse (2004), a segregação é o “processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área espacial definida” (MARCUSE, 2004, p. 24). Os moradores da Rua eram, em sua grande maioria, trabalhadores informais, com baixos níveis de escolaridade, qualificação profissional e renda, integrados de forma subordinada ao sistema sócio-econômico vigente.

A vida em condições sociais adversas e a circunscrição da vida ao mesmo “buraco social” resultaram na emergência de diversos tipos sociais, com seus modos de vida, valores e sociabilidades, os quais produziram diferentes territorialidades no espaço da Rua. Dentre esses tipos sociais, os mais comuns eram figurados pelo trabalhador informal, “biscateiro”; a dona de casa; a cafetina; a prostituta; o boêmio; e o malandro. Este último, um personagem que, no universo simbólico social do período desenvolvimentista nacional, se constituía na expressão da ociosidade e da esperteza. Mais do que às representações sociais da pobreza, o malandro era associado à indisciplina, aos interstícios entre a ordem e a desordem, ao não-trabalho (SCOREL, 1999, p. 37).

Portanto, no cenário de uma cidade que desde a origem se fizera fragmentada sócio-urbanisticamente e desigual, para os moradores da Rua sobrou a segregação sócio-espacial e a impressão do estigma de sujos, promíscuos e violentos. Para o seu lugar de vida, a discriminação social, principalmente por conter entre seus diversos territórios um dedicado exclusivamente à boemia.

A BUSCA DA CURA: A CIDADE COMO ORGANISMO, A RUA COMO PATOLOGIA

Nas décadas de 1960 e 1970, o processo de produção e apropriação do espaço urbano em Ipatinga se deu em um ritmo acelerado, ditado pelas elevadas taxas de crescimento da população.⁷ Esse processo

foi marcado por agudas disputas entre alguns poucos agentes políticos-econômicos locais, que operavam no ramo imobiliário por meio da concentração de vastas extensões de terra, com objetivos especulativos e políticos. Além da estrutura fundiária concentradora, que forçou a cidade a se expandir prematuramente para áreas mais distantes do centro, outros dois fatores articulados entre si se fizeram importantes nesse processo: 1) a USIMINAS e a sua infra-estrutura viária voltada à garantia da eficiência da produção siderúrgica e a auto-suficiência em infra-estrutura urbana (água, energia, etc.), habitações e equipamentos sociais para reter e manter ativa a força de trabalho; e 2) a dominação política exercida por grupos conservadores da região, até o final da década de 1980, diga-se, de proprietários rurais, que assumiram diretamente o poder público municipal.

Nesse processo, o poder público municipal, mesmo após a emancipação político-administrativa do “distrito Ipatinga”, em 1964, desempenhou um papel subordinado e complementar. Nem por isso, as freqüentes mutações do espaço urbano da cidade, decorrentes da sua acelerada ocupação, deixaram de recair como demandas prementes por investimentos do poder público para implantação de adequada infra-estrutura e serviços urbanos, equipamentos públicos e sociais, sistema viário, dentre outros. As respostas a tais exigências se consubstanciavam em intervenções sempre mais voltadas à manutenção do ideário de cidade moderna do que à inclusão das populações periféricas ao tecido urbano da cidade.

Não por acaso, denominou-se “Cura Ipatinga” o projeto por meio do qual a Prefeitura Municipal iniciou, na década de 1970, o saneamento do vale do Ribeirão Ipanema, com o objetivo expresso de promover a integração da população de Ipatinga, descharacterizando a área não planejada como ‘periferia’ da cidade da USIMINAS.

Contudo, e a despeito dos objetivos declarados, a extensão do cenário próprio à “cidade da Usiminas” a outras áreas pretendia tão-somente uniformizar o espaço urbano em consonância com o projeto de cidade moderna e, assim, o subordinar aos interesses da acumulação capitalista. Objetivo esse alinhado à concepção da *city efficient*, que emerge no início do século XX, para defender “a função econômica da ci-

dade enquanto concentração de mão-de-obra e como centro de negócios, oferecendo uma infra-estrutura contendo os efeitos úteis de aglomeração, necessários ao crescimento industrial” (RIBEIRO, 1994, p. 111).

Por isso, nas décadas de 1970 e 1980, a área ocupada pela Rua do Buraco seria alvo de sucessivas tentativas de “desfavelamento”, todas elas fracassadas, entre outros fatores, por incorporarem, de forma assistencialista e pontual, o enfrentamento da questão da pobreza que a encerrava.

É interessante notar que em análise técnica inscrita no diagnóstico realizado para subsidiar a elaboração do Plano Diretor da cidade, em 1991, afirma-se que a proposta de “desfavelamento” da década de 1980 pretendia realizar uma “cirurgia urbana visando dar à cidade um centro ‘moderno’ em total consonância com a imagem obtida através do sistema viário”, implantado no final na década de 1970. Porém, se disse ainda, em tal análise que: “a proposta atenderia primordialmente aos interesses imobiliários, não resolvendo a grave questão habitacional e fundiária da área central”, e que o mérito da mesma restringia-se, apenas ao fato de tornar pública “a premente discussão sobre a revitalização da área e sobre qual imagem o centro de Ipatinga deve refletir”.⁸

A ocupação de considerável parte da área central pelos denominados “moradores do buraco” se constituía em um entrave à sua apropriação pelo capital imobiliário, o qual as classes dominantes, incrustadas nas estruturas estatais, buscaram superar por meio de dois artifícios fundamentais: as representações estigmatizantes da população ali residente, como forma de legitimar suas propostas de “desfavelização” da área; e, o uso recursivo do aparato da polícia estatal, para pressionar os moradores da Rua a se retirarem da área.

Assim, se a cidade, vista como organismo, reforçava a idéia do planejamento como ação global em um sistema regido por leis, a sua perturbação implicava patologias sobre as quais deveriam ser aplicados os remédios necessários ao restabelecimento da harmonia do corpo urbano. Nesse sentido, o processo histórico de formação e desenvolvimento urbano de Ipatinga transcorreu segundo uma lógica que combinou, tensa e contraditoriamente, o enfrentamento entre a intenção de “apagar” a Rua do Buraco do cenário

urbano – posto que[?] representava a negação da sua pretensa racionalidade – e a necessidade de integração subordinada e funcional de seus moradores, uma vez que se constituíam em força produtiva fundamental aos interesses da cidade formal.

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE

A emergência de novos atores políticos e sociais, em meados da década de 80, dispostos a participar da definição dos rumos de uma cidade ainda em formação e desprovida de um arranjo institucional que viabilizasse a participação dos diferentes segmentos e grupos sociais que compunham a população, se substanciou como uma corrente contra-hegemônica que promoveria a mudança da correlação de forças políticas, no âmbito do poder local. Organizados em um movimento de esquerda de amplas bases (sindical, partidária, religiosa e comunitária), esses atores formularam um discurso fortemente marcado pelo enfretamento da USIMINAS, inscrevendo, assim, em sua plataforma política a necessidade de promoção da autonomia do poder público municipal em relação à Empresa.

Capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁹, o referido movimento conquistou a Prefeitura e vários assentos no Legislativo, nas eleições municipais de 1989, inaugurando um mandato Executivo que se estenderia até o ano de 2004. O discurso que conduziu o PT à vitória era marcado por algumas idéias centrais: 1) a necessidade de superação da opressão imposta aos operários, nas relações de trabalho e na política sindical; 2) a necessidade de se minimizar os impactos ambientais gerados pela produção siderúrgica; 3) a necessidade de inverter prioridades, provendo de infra-estrutura e serviços urbanos a parcela da cidade que crescera desordenadamente; e 4) a necessidade de se instaurar no município um governo “democrático-popular”, capaz de criar e implantar mecanismos de democratização do planejamento da cidade.

No entanto, inserido num contexto em que operavam profundas transformações político-econômicas em escala mundial, o governo do Partido dos Trabalhadores, em Ipatinga, optou, desde o seu

segundo mandato, por seguir o receituário do planejamento estratégico em voga nas grandes metrópoles nacionais e mundiais. O governo municipal assim se mobilizou, no sentido de converter a cidade em um ator político que, no plano econômico, deveria se colocar em condições favoráveis para a disputa por investimentos com as outras cidades do país. Noutros termos, deveria criar atrativos infra-estruturais, fiscais e socioculturais para investidores e usuários solventes.

A alteração das paisagens urbanas se constituiria, assim, em uma das primeiras medidas administrativas, buscando-se construir, simbolicamente, novos referentes identitários para a cidade. Convertidos em vantagens comparativas por meio do *marketing* público, esses novos símbolos se tornariam fundamentais na promoção da retomada econômica da cidade, face à crise econômica e institucional global.

Não por acaso, o ribeirão Ipanema, que nesse contexto “cortava” a cidade com suas águas poluídas pelas contribuições de efluentes líquidos industriais e sanitários, seria apropriado pela administração municipal como símbolo das intervenções urbanísticas que se realizariam na urbe. Os territórios segregados presentes no espaço geográfico da cidade, desde o seu nascedouro, seriam, assim, reunidos sob um mesmo signo, o rio, significado como um símbolo da cidade: o *Pouso de Água Limpa*, terminologia apropriada do vocabulário dos mais antigos habitantes da região, os índios Botocudo, para designar o novo ciclo de desenvolvimento de Ipatinga.

Além de artifício simbólico-discursivo, por meio do qual se buscava representar a unidade de uma cidade fragmentada sócio-espacialmente, o ribeirão Ipanema se constituiu referência concreta para projetos voltados à transformação da paisagem urbana. Em suas margens, na altura da área central da cidade, realizaram-se importantes intervenções, a partir da década de 1990. Primeiramente, a consolidação do Parque Ipanema¹⁰, um complexo de lazer projetado, ainda na década de 1980, por Roberto Burle Marx. Em seguida, em 1995, em uma nova investida da administração municipal, o projeto de “revitalização” do centro da cidade. Trata-se, neste caso, da atualização de um velho projeto acenado pelas classes sociais que, por trinta anos, se fizeram politicamente dominantes:

a higienização da área central da cidade e a sua integração ao conjunto das forças produtivas, a partir da “remoção” da população que ocupava, irregularmente, a sua parte baixa – a “Rua do Buraco”.

É, pois, no conjunto das ações estratégicas desenvolvidas pela administração municipal de Ipatinga, no sentido de construir novos referentes identitários para a cidade, que se deve situar o projeto *Novo Centro*. Um projeto que, embora sem a escala e o potencial das intervenções realizadas nas grandes metrópoles nacionais e mundiais, seguiu a tendência da ressignificação dos espaços urbanos que marcam tais intervenções, de modo a torná-los convidativos do ponto de vista turístico e comercial¹¹.

O projeto *Novo Centro* foi, pois, nesse novo contexto, em termos de intervenção urbana, a primeira de um conjunto de ações concertadas da parceria entre a iniciativa pública e a privada na cidade, na maioria das vezes, com financiamento público. Portanto, a denominada “revitalização do centro urbano de Ipatinga” nos oferece importantes pistas acerca das configurações do poder local face às condicionantes político-econômicas da globalização. Obviamente, esse conjunto de iniciativas, congruentes à hegemonia do ideário neoliberal mundo afora, só se tornaria integralmente perceptível mais tarde, como uma peça musical cuja melodia só se pode apreciar integralmente mediante a sucessão rítmica e harmônica de cada nota.

Além da privatização da USIMINAS, em 1991, vários signos da modernidade foram, no referido período, sucessivamente implantados em Ipatinga¹². O embevecimento com tais signos, que embalou importantes transformações no espaço urbano, político-econômico e cultural da cidade, estimulou a elaboração de dois grandes projetos, que merecem aqui uma análise mais detalhada em função da sua relação com os esforços da parceria público-privado com objetivo de “revitalizar” o centro da cidade: o Museu do Aço, destinado a “resgatar a memória da mineração e da siderurgia no Brasil, além de ser um centro de excelência e tecnologia do aço” (Jornal *Diário do Aço*. Revista *Vale do Aço 2000: Um século de história*. Ipatinga/MG, 1999, P. 121); e o Mercado Modelo Municipal. Ambos tinham a implantação prevista no espaço onde se localizava a zona boêmia do

Juá, na Rua do Buraco, mas fracassaram em função do descompasso entre as intenções grandiosas do projeto de “revitalização” e o fôlego político-institucional e econômico necessário à sua efetivação.

Além de se inscreverem no conjunto de ações concertadas entre o Poder Público e a iniciativa privada, a localização e os usos que esses projetos arquitetônicos buscavam conferir à área evidenciam o caráter enobrecedor que se pretendia imprimir ao empreendimento de “revitalização” do centro da cidade. Ressalte-se que, a despeito do uso indiscriminado do termo “enobrecimento” na caracterização de projetos de revitalização de áreas centrais em grandes cidades, não há porque hesitar em considerar como “enobrecedores” os objetivos e, em menor medida, os efeitos do projeto *Novo Centro* no espaço urbano em que foi efetivado. Isso porque, hoje, já não se restringe a utilização do termo apenas a situações em que se procede a reabilitação do estoque arquitetônico existente em uma área, a fim de torná-lo passível de reapropriação por parte da população e do capital e, com efeito, inserir a cidade em melhores condições na “concorrência inter-cidades”. Seu uso tem-se estendido à designação dos efeitos gerados por construções totalmente novas. O conceito, assim, se alargou assumindo a configuração adotada por Leite (2004), em consonância com Harvey (1992) e Zukin (1995): designa “formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transformam em áreas de investimentos públicos e privados” (LEITE, 2004, p. 61).

Com efeito, a concepção presente no projeto urbanístico de Ipatinga começa a ganhar novo fôlego e feições mais modernas, ou pós-modernas: fazer da cidade uma rica fronteira a ser explorada pela iniciativa privada, enfim, uma “cidade aberta”. Então, uma cidade gerida com estilo empresarial, fruto da coalização de interesses entre o mundo dos negócios, a mídia e a burocracia pública, e empenhada em projetar sua auto-imagem moderna para potenciais investidores. Dois agentes político-econômicos locais se incumbiram de coordenar esse processo, empunhando o emblema da “parceria”: a Prefeitura Municipal e a empresa USIMINAS.

Portanto, a partir da década de 1990, as práticas discursivas se voltaram à construção da sempre reno-

vada idéia de “modernização da cidade”, como uma embalagem de iniciativas que se traduziram, concretamente, na transformação da paisagem urbana; na indução de novos modos de vida, relacionados a novas formas de viver, imaginar e representar a cidade; e, por fim, na desregulamentação da economia local, isto é, na investida pela supressão dos entraves à acumulação capitalista. Como lembra Maricato “em nível local o ‘Plano Estratégico’ cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto” (MARICATO, 2002, p. 59).

Seguindo o roteiro do Plano Estratégico, a legitimação da “onda modernizadora” por parte da população foi mediada por um processo persuasivo, assentado em dois pilares fundamentais: de um lado, a disseminação da consciência de crise (social e econômica), cujos efeitos locais mais evidentes foram a elevação do desemprego, da violência e da pobreza urbana; e, de outro, a fabricação do consenso em torno da idéia segundo a qual, o enfrentamento dos desafios da globalização passava, necessariamente, pela “modernização” da cidade, sendo a renovação urbana um atalho (VAINER, 2000).

A despeito de se constituir um problema objetivo que, recursivamente, afligia a população da Rua do Buraco, provocando perdas humanas e materiais, a enchente de 1993 foi, oportunamente, tomada pela administração municipal como acontecimento e momento propício para justificar o projeto *Novo Centro* junto aos órgãos financiadores. Ela serviu como fator de forte apelo emocional à população da cidade. A ampla cobertura da enchente na mídia local e regional representou não apenas a oportunidade de publicizar mais uma catástrofe experimentada por uma população já sofrida, mas, sobretudo, de evidenciar a solução urbanística para uma “velha doença social e urbana” da cidade. Observe-se o discurso do ex-Prefeito João Magno:

Do ponto de vista urbanístico a cidade ganhou um verdadeiro centro, pois, anteriormente, aquela região era apenas um aglomerado de ruas e casebres que abrigavam famílias pobres, desempregados e marginais. O Novo Centro também trouxe vantagens na ampliação das áreas de serviço, de lazer

e comercial do município. Os próprios resultados verificados até agora, com a eliminação das tragédias e a grande valorização imobiliária, comprovam esses avanços. É importante ressaltar que no bojo do projeto estão incluídas a modernização institucional, a informatização dos setores da Prefeitura e a elaboração de um planejamento estratégico (jornal Diário do Aço. Revista Vale do Aço 2000: Um século de história. Ipatinga/MG, 1999, p. 139).

A efetivação do projeto *Novo Centro* significou, conseqüentemente, a indução de novos usos e a atração de novos usuários para o espaço então reestruturado. Em um dos lados da avenida central ali construída, vêm se instalando, gradativamente, empreendimentos comerciais e de outros serviços. No outro lado, às margens do ribeirão Ipanema, a ampla calçada e as quadras poliesportivas construídas têm figurado, até então, como enormes espaços vazios. Há, ainda, um outro espaço reestruturado pelo projeto, cujo uso proposto é essencialmente para o lazer. Além de uma ampla área livre, destinada à realização de eventos de massa e à instalação de circos e parques de diversão, na qual se construiu também uma Estação de acesso a um exemplar de *Maria Fumaça*, uma relíquia apropriada como atração turística, a qual, desde então, passou a percorrer a estrada de ferro “caminho das águas”, às margens do Ribeirão Ipanema, na circunscrição do Parque de mesmo nome.

Assim, a discussão sobre “qual imagem o centro de Ipatinga deveria refletir”, suscitada nas décadas de 1970 e 80 com as propostas de “desfavelização” da área, ressoaria, mais tarde, com o mesmo viés discriminador com o qual as elites olhavam as ditas “classes perigosas”. O diferencial reside no discurso de justificação da retirada da população da área: “ao invés de ‘desfavelizar’, ‘modernizar’ a cidade” foi assumido como um objetivo alinhado aos tempos de globalização.

Nota-se, pois, a perpetuação de um interesse-projeto entre grupos políticos de diferentes e divergentes matizes ideológicos, que se fizeram presentes na cena política local, em diferentes contextos his-

toricos. Maricato aponta duas razões cruciais para designar a ‘confusão ideológica’ que teria ocorrido em ‘cidades progressistas’, dobradas aos encantos do Plano Estratégico. Primeiro o fato de a participação democrática ser extremamente valorizada em suas diretrizes, embora seja uma participação que “implica em subordinação dos interesses de muitos aos interesses hegemônicos: unidade para salvar a cidade e leva-la a uma vitória sobre as demais que competem pelos mesmos investimentos” (MARIKATO, 2002, p. 60). Segundo, o fato desse planejamento ter ocupado o espaço deixado pelo plano modernista, fragilizado num contexto marcado pela desregulamentação e a crise fiscal. Nesse sentido, o Plano Estratégico teria aparecido como uma alternativa pragmática, para governos municipais desorientados, face ao aumento do desemprego e das demandas sociais simultaneamente a diminuição dos recursos públicos nacionais, decorrente da crise do capitalismo internacional.

A “REVITALIZAÇÃO” DO CENTRO E O DESTINO DOS MORADORES DA RUA

É preciso pois perguntar pela extensão do projeto *Novo Centro*, no que se refere ao destino dos moradores da Rua do Buraco, uma vez que ele representa uma forte ruptura no curso de suas trajetórias de vida. O exame do discurso inscrito no *marketing* público acerca do projeto evidencia que as referências ao destino dos moradores da Rua se restringem ao bairro *Planalto 2*, cuja experiência de construção valeu a Prefeitura Municipal o prêmio ‘Gestão Pública e Cidadania’, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas e pela Fundação Ford. Ademais, a experiência rendeu a Prefeitura de Ipatinga o reconhecimento, pelo Banco Mundial e pelo BDMG, como referência para iniciativas semelhantes na América Latina. Portanto, o viés restritivo adotado pelo discurso do *marketing* público acerca da experiência acabou por salientar suas dimensões consoantes às recomendações práticas dos organismos que a financiaram.

No entanto, a execução do “sub-projeto de remoção e reassentamento” culminou em quatro tipos básicos de encaminhamentos, destinos dos moradores. 1) o recebimento de indenização pelo imóvel de origem, e a mudança para diferentes bairros da cidade, na maioria das vezes, distantes do centro, e habitados

por populações de baixa renda; 2) a permanência no centro, em uma de suas poucas ruas remanescentes, uma vez não incorporados no plano de remoção e reassentamento do projeto; 3) a troca do imóvel de origem por outro, em núcleos habitacionais situados em bairros já existentes – Bethânia; Vale do Sol; Alto Iguaçu, e Bom Jardim; 4) mudança para o bairro *Planalto 2* – seja obtendo nova unidade habitacional em troca pelo imóvel que possuíam na Rua do Buraco, ou mediante a participação na construção da nova moradia – em regime de mutirão.

Ao negligenciar os demais e diferentes destinos da população interpelada pelo projeto de revitalização do centro, o discurso oficial não apenas induziu a uma visão parcial da experiência, como a que se perdesse de vista os seus reais efeitos, em termos da superação da segregação socioespacial que afligia os moradores da Rua do Buraco. E, mesmo a premiada experiência de construção do *Planalto 2* foi formada por uma concepção reducionista, por parte do governo municipal, pois se restringia a realização das obras físicas. Somente dois anos após a construção do bairro, se iniciaram as ações de desenvolvimento da comunidade, por meio do denominado projeto de ‘Fortalecimento da comunidade do *Planalto 2*’. Projeto esse que só se efetivou porque uma Organização Não Governamental que em 1997 havia realizado estudo sobre os bolsões de pobreza da cidade – sob encomenda da Prefeitura Municipal, captou recursos junto ao Ministério das Relações Exteriores da Itália. Essa postura da administração municipal se reflete na declaração de Fatima, moradora do bairro – em entrevista que nos concedeu: “Aqui, nos estamos esquecidos...”

Desloquemos a atenção para as famílias que permaneceram no centro, na antiga Rua Aava – cujo nome fora substituído por “Nossa Senhora das Graças”, em um esforço deliberado de depuração da memória coletiva, uma vez que ali funcionou, até o início da década de 1990, a zona boêmia do Juazeira poligonal traçada no projeto de revitalização do centro implicou a “remoção” de cerca de mil e duzentas famílias da área central, ela, contudo – passou ao largo de algumas famílias residentes na referida Rua.

A ação habitacional do projeto *Novo Centro* incorporou apenas as famílias residentes em um dos

lados da então Rua Araxá. Em meio a uma paisagem depurada, a fração remanescente da antiga Rua Araxá acabou por se transformar, nos termos de Milton Santos (2004), em uma “rugosidade”, ou seja, em uma “herança sócio-territorial”, em um “resíduo do passado” (SANTOS, 2004, p. 43). Resíduo esse que, de certa forma, se constitui um obstáculo para o intento civilizador/modernizador do planejamento urbano. Por seu forte contraste com a paisagem depurada implantada do outro lado da Rua, em pouco tempo essa porção remanescente da rua ficou conhecida, na opinião pública, como “cracolândia”, e seus pobres residentes, esquecidos pela política habitacional, por morarem a poucos metros da poligonal que compreendia o projeto urbanístico, sujeitos a um estigma re-editado – de “promíscuos” e de “drogados”. A condição de vulnerabilidade social em que se encontra parte significativa desses moradores se expressa na insegurança e precariedade das condições habitacionais, em função dos riscos físicos e da ameaça de despejo, por parte dos supostos proprietários dos imóveis; nos baixos níveis de renda e escolaridade; na desestruturação familiar; e na sua flagrante exposição ao risco de violência.

Os demais núcleos habitacionais construídos para reassentar os moradores da Rua do Buraco foram introduzidos no seio de bairros periféricos e densamente ocupados por populações pobres. Nestes, as ações pós-reassentamento se reduziram a um acompanhamento pontual, em função da demanda dos moradores. Diferentemente da situação daqueles que se mudaram para o *Planalto 2*, nestes casos as dificuldades de reintegração social a um novo espaço não passaram pela necessidade de enfrentamento da rejeição social da vizinhança ali já assentada. Primeiro, por serem poucos no meio de contingentes populacionais maiores. Segundo, porque iguados na condição social de pobres.

Situação de maior vulnerabilidade social seria, entretanto, experimentada pela grande maioria dos moradores que foram indenizados. Compelidos ou decididos a tal opção, nesses casos enfrentaram não apenas os riscos inerentes ao mercado imobiliário informal na aquisição de suas novas moradas. A re-inserção sócio-espacial, em geral em lugares periféricos e por vezes impróprios à habitação, se deu

por itinerários construídos pelas próprias famílias. Situação essa que se pode entender como expressão de sua liberdade ou ainda como uma condicionante que impõe às suas vidas a perda de antigas redes de sociabilidade, entendidas como patrimônios que possibilitavam amenizar os riscos sociais.

Das ruínas da memória dos moradores da Rua, passados mais de quarenta anos de sua formação, compreendemos que seu lugar-destino social resulta da produção de um esquecimento que teve como seu ponto culminante o projeto de “revitalização” do centro de Ipatinga. Do ponto de vista das consequências sócio-culturais desse projeto para a vida dos moradores, uma palavra pronunciada pelos entrevistados desta pesquisa para designar tais consequências pode ser elucidativa: “espalhados”. O projeto estatal provocou não apenas a separação dos moradores e destes de seu lugar de vida, implicando ainda o desmonte de suas redes de sociabilidade e estratégias de sobrevivência, a ruptura de sua historicidade e identidade coletiva.

Mesmo talhados pelos tantos deslocamentos geográficos, sociais e identitários vividos ao longo de suas trajetórias sociais, os moradores experimentaram a sensação de terem sido apanhados por uma avalanche capaz de revirar suas referências de espaço-tempo. Uma sensação de desenraizamento, cara às suas identidades pessoal e social. Talvez a expressão mais emblemática dessa experiência, por nós escutada, tenha sido proferida por Wilson, proprietário de um boteco remanescente da zona boêmia do Juá: “o progresso matou a gente”. A figuração da morte nessa expressão se emoldura no cenário da Rua boêmia em cuja vivacidade das experiências criava para seus protagonistas a noção de sua duração. Nesse sentido, implícita em seu discurso está a idéia de um deslocamento temporal, em histórias pessoais e coletivas, provocado pelo progresso. Progresso este que, dada força de suas representações em circulação na opinião pública, é percebido como um processo inexorável, que ora se apresenta como uma avalanche.

A imagem por meio da qual Wilson procura representar o “progresso” é a de um fenômeno traiçoeiro, que aparece na vida das pessoas trazendo promessas de felicidade, mas que pode lhes reservar a “morte”. Seu golpe fatal teria sido a “revitalização” do

centro da cidade e o desmonte do universo da Rua do Buraco. O mesmo progresso que lhes propiciou a retirada das duras relações rurais em declínio e a inserção no universo urbano-industrial, palco das promessas da modernidade: o cinema que os encantava, os carros cuja circulação os paralisava, sobretudo quando ainda “meninos da Rua”, ou a urbanização que os fazia deslocar pela cidade, em explorações de descobertas deste novo cenário; e ainda a possibilidade de acesso a bens de consumo durável, embora na maioria das vezes frustrada – os quais quando obtidos com muito trabalho eram usufruídos sob a ameaça de sua perda nas cheias do ribeirão Ipanema.

As narrativas que se seguem expressam em boa medida o que estou chamando de da experiência de deslocamento espaço temporal. Começamos por Joventino, ex morador da Rua do Buraco, indenizado, e que hoje mora no bairro denominado Vale do Sol. As mudanças a que se refere em sua trajetória não se restringem ao lugar de vida, mas, sobretudo, ao tempo em que se reconhecía integrado socio territorialmente.

Fu achi que eu ia morrer ali [na Rua]. Eu faço uma avaliação da minha vida assim: eu achava que eu ia nascer e morrer ali (...). Ali foi o lugar que eu cheguei e me apeguei no lugar. Fiz uma amizade, um relacionamento ali muito sadio. Durante quarenta, praticamente quarenta anos morando ali... () Eu fico pensando, eu avalio a minha vida assim: que eu achava que ia morrer ali. Eu achava que eu não ia sair pra lugar nenhum (...). E eu tinha vontade... Eu não queria muita coisa não. Eu só queria um emprego fixo pra eu tratar da minha família, criar a minha família ali. Isso é que era o meu desejo, só! (depoimento verbal).

Em sua narrativa, Geraldo, morador e, mais tarde, proprietário de boteco na zona boêmia do Juá, também manifestou sua perplexidade com o que representa como uma reviravolta do tempo, a qual

promoveu, inclusive, a transformação de valores morais da sociedade.

Isso aqui [zona boêmia do Juá] é corô comia, rapaz. Nossa mãe! Eu via aquilo, rapaz, e ficava assim olhando aquele negócio, pensava: ‘Pôxa.’ Eu não naquela época quase todos que morava aqui pensava. Esse uça não acaba nunca! Nunca mais isso acaba! Eu não perdoa, eu achava que aquilo era bom (depoimento verbal)

À medida que tempo/espaço compoem o quadro no interior do qual o sujeito se reconhece a perda do espaço torna a identidade vacilante. Isso por que ‘a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referências’, dissolvendo, com isso, a estabilidade fundamental ao sentimento de pertença e ao reconhecimento identitário (DALL’ÉSIO, 1998, p. 272). Nesse sentido os processos articulados de apropriação do espaço urbano e enquadramento da memória da cidade de Ipatinga por seus grupos dominantes reforçam a proposição de Guarinello segundo a qual ‘a memória coletiva se constitui uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder’. Seja o poder ‘de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória a coletividade, poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos’ (GUARINELLO, 1994, p. 189).

Alem do desmonte das redes de sociabilidade, nos novos lugares-destinos reeditaram-se a velha segregação socio-espacial e o estigma, impressos aos moradores da Rua do Buraco. Fale-se em Planalto 2 Vale do Sol, Alto Iguaçu, e nos tantos lugares ocupados pelos que foram indenizados, em vez de trocar suas casas por outras, em novos núcleos construídos pela Prefeitura de Ipatinga, e espere-se a reação discriminatória da grande maioria dos cidadãos – com o artifício discursivo da ameaça que representa à sociedade, limitam-se as possibilidades de seus moradores disputarem as vantagens sociais e restringem-se, em grande medida, suas relações sociais a seus respectivos bairros.

Uma vez vivendo em áreas distantes do centro (e de outras “centralidades”), para além da necessidade de rearticulação sócio-espacial, colocava-se o desafio da própria reprodução social. No entanto, as pequenas dimensões dos lotes nos quais foram construídas as casas no *Planalto 2* e demais bairros, limitaram as alternativas em termos de geração de renda, os conduzindo mais diretamente para o centro da economia monetária. Com a redução das possibilidades de se socorrer na autoprodução e nos rendimentos *in natura* para prover a sua subsistência, os ex-moradores da Rua se tornaram ainda mais dependentes de trabalho e renda regulares, direitos cuja maioria jamais acessou, ao longo de sua trajetória na cidade. Soma-se ainda, no caso do *Planalto 2*, o fato de que a valorização imobiliária do bairro, dada a sua relativa proximidade do centro e as boas condições de infra-estrutura urbana, se constituiu em um dos principais fatores da saída de significativa parcela da população ali originalmente reassentada. Assim, em lugar da valorização imobiliária se converter em ganhos apropriados por seus moradores e em fator de estímulo à sua fixação no novo bairro, a ação dos especuladores imobiliários se fez, e vem se fazendo, atraente para uma população que, mesmo com o ganho habitacional, continuou empobrecida – o que se pode notar, entre outros aspectos, pelos seus persistentes baixos níveis de qualificação profissional, renda e escolaridade.

Pesquisas sócio-econômicas realizadas sob encomenda da Prefeitura Municipal de Ipatinga, nos anos de 1974, 1977, 1995 e 1998, com o objetivo de subsidiar a elaboração e execução de projetos urbanísticos e sociais no centro e em áreas periféricas da cidade, evidenciam a histórica reprodução da condição de pobreza da população da Rua. Condição essa expressa: 1) na precariedade e baixo grau de qualificação profissional exercido pela população economicamente ativa da Rua; 2) nos baixos níveis de renda familiar e nos altos índices de desemprego que passaram a figurar, na população, a partir da década de 1980; 3) nos baixos níveis educacionais; e 4) na precariedade da condição habitacional.

Tratando, pois, dos resultados das pesquisas no que se refere à *renda familiar*, verificam-se os baixos níveis auferidos pelos moradores da Rua, ao longo de sua trajetória. Em 1974, 1977 e 1995, os entrevis-

tados que declararam que a renda familiar era de até 01 salário mínimo representavam, respectivamente, 55,0%, 46,8% e 33,7% do total, o que evidencia uma elevação do nível de renda das camadas mais pobres dos moradores da Rua.

Nas faixas de renda de 1 a 2 salários mínimos¹⁵, os percentuais não se alteraram de forma significativa, ao longo do período de tempo analisado, ficando em torno de 32,0%. Nas faixas subsequentes, verificam-se elevações pouco significativas dos níveis.

A observação das variações de renda na cidade em 1977, a partir da pesquisa domiciliar realizada neste mesmo ano, indicava que a renda média dos moradores da Rua do Buraco era a mais baixa. Na “região do Buraco”, 84% das famílias auferiam renda mensal inferior a dois salários mínimos, ao passo que nos “bairros da Usiminas”, 86% das famílias ganhavam mais de três salários mínimos.

Já em 1998, a renda *per capita* média no *Planalto 2* era de apenas $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a pior dentre as verificadas nos 23 “bolsões de pobreza” pesquisados na cidade. A renda média entre os que estavam trabalhando era de apenas 1,4 salários mínimos, também entre as menores, se comparada com a dos trabalhadores dos demais “bolsões”.

Quanto ao grau de escolaridade dos chefes de família, moradores da Rua do Buraco, observa-se que, em 1974, 52,0% destes eram analfabetos (7% não declararam), enquanto em 1995, somando os analfabetos com aqueles chefes que possuíam apenas o primário incompleto, alcançava-se a proporção de 67,0%. Destaque-se ainda que, conforme resultados da pesquisa de 1995, 95,7% dos responsáveis pelos domicílios não possuíam o curso fundamental completo. Portanto, observa-se que os baixíssimos níveis de escolaridade da população não se alteraram, ao longo do período a que as pesquisas se referem.

Comparativamente, nota-se que em 1977, a população da Rua do Buraco possuía o mais baixo nível de escolaridade, em relação aos demais bairros da cidade. Na escala proposta em termos de classificação dos índices de escolaridade, a Rua foi a única área cujo referido índice foi considerado “muito baixo”. À época, 68% dos “chefes de família” da Rua possuíam escolaridade inferior ao “primário completo”, uma das maiores proporções da cidade.

Os resultados da pesquisa de 1998 evidenciam uma relativa melhora da situação da população do *Planalto 2*, em termos dos níveis mais baixos de escolaridade. Essa afirmação se apóia na constatação de que a proporção de analfabetos caiu para 11%, em função do programa de alfabetização implantado no município, no início da década de 1990. No segmento da população com idade acima de 25 anos, o analfabetismo alcança o índice de 20%. Contudo, essa melhora em termos de alfabetização não implicou a elevação dos níveis mais gerais de escolaridade dos moradores. Note-se, pois, que 74% dos entrevistados declararam possuir apenas o primeiro grau, incluindo os que o concluíram e os que não concluíram esta fase do ensino formal. Outros 8% possuíam o nível médio.

Contudo, a pesquisa de 1998 demonstra que não é mais a falta de acesso à escola o principal fator explicativo dos baixos níveis de escolaridade da população. Estes se devem, sobretudo, às dificuldades enfrentadas pelos estudantes no processo pedagógico, cujos principais efeitos são os elevados níveis de “atraso escolar” e de “abandono do ensino”. Dentre a população com idade entre 07 e 20 anos, verificou-se que 22% abandonaram a escola e, dentre os que nela permanecem, 62% encontram-se em situação de atraso, entre 1 e 3 anos.

Com a análise desses índices não se pretende sugerir a abordagem da pobreza apenas como carência. Mais do que isso, ela deve ser vista como “expressão do acesso às vantagens sociais, denotando que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que se divide entre aqueles que concentram privilégios, e aqueles que trabalham para sustentar o privilégio dos outros” (DEMO, 2001, p. 13). A pobreza é, assim, resultado da discriminação no terreno das vantagens sociais. Nesse sentido, às precárias condições materiais é preciso relacionar a segregação e o estigma da população da Rua – re-editados no bairro *Planalto 2* e demais áreas para as quais se mudaram – como fatores que historicamente se constituíram em obstáculos à superação da sua condição de pobreza. Essa é uma terrível face da exclusão social: a da sua funcionalidade ao sistema; a face da integração dos pobres pela via da exclusão, ou seja, como forma de pertença. É justamente essa face da exclusão social que, ao longo desse trabalho, estamos chamando de “inclusão subordinada”: uma

forma de inclusão que não possibilita aos subordinados disputar em condições de igualdade as vantagens sociais e, assim, retro-alimenta o sistema com sua lógica de produção de desigualdades sociais. Do ponto de vista dos formalmente integrados à dinâmica sócio-econômica, “os subordinados” não são necessários apenas enquanto força de trabalho, mas, igualmente, como não concorrentes aos privilégios sociais (DEMO, 1998).

Mesmo com a especificidade do caso dos moradores da Rua no cenário sócio-urbano de Ipatinga, há que se considerar que a sua inclusão subordinada possui estreita relação com a “lógica da inclusividade” que marca a sociedade brasileira, como uma sociedade relacional. Essa lógica opera por meio de oposições hierárquicas e complementares, buscando a compensação dos extremos da escala hierárquica da sociedade (DA MATTA *apud* SCOREL, 1999). Com efeito, tal lógica abre margens para que as classes pobres não percam o fio (às vezes, de esperança) da sua conexão social a um sistema que se orienta pelo credo igualitário da modernidade, mas que despoja a pobreza de sua dimensão ética e a naturaliza (TELLES, 1999). Como interpretar, pois, os baixíssimos patamares dos indicadores sócio-econômicos que acompanharam os moradores da Rua, ao longo de toda a sua trajetória senão por essa lógica que, se não os excluiu por completo, acabou por lhes negar o acesso às vantagens sociais?

O intento de produção sociopolítica do esquecimento da Rua do Buraco se desenvolveu, progressivamente, ao longo de mais de quarenta anos, até alcançar o seu ponto de maturação. Mas, não se tratou de um processo pautado pela intenção “pura” de expulsar seus moradores daquele espaço urbano. Seja porque os direitos que definem a civilização não possibilitaram opor-se completamente a eles, ou porque em sua trajetória ocuparam um lugar social que não se pode confundir propriamente com o dos excluídos. Os moradores da Rua foram integrados ao sistema sócio-econômico vigente como força de trabalho barata e disposta a realizar atividades com baixas remunerações e/ou sem as garantias trabalhistas legais, para todo tipo de demandadores, sobretudo famílias e empresas integradas à “cidade Usiminas”; bem como movimentando o universo boêmio da

zona do Juá, que, por muito tempo, se constituiu em um dos mais importantes lugares de sociabilidade da cidade, contribuindo de forma eficaz para o lazer e a fixação da mão-de-obra operária então recrutada pela grande empresa.

A conquista habitacional, a “dádiva” da aposentadoria “por idade”, bem como o acesso a outros benefícios sociais recentemente concedidos pelo governo federal a uma parte dos ex-moradores da Rua por meio das políticas de assistência social, não vêm se constituindo em fatores capazes de incluí-los ao tecido social da cidade fragmentada e, muito menos, de reinventar a cidadania do excluído (DEMO, 1998).

Cabe finalmente perguntar se o intento de produção do esquecimento da Rua e de seus moradores teria sido efetivamente alcançado, do ponto de vista dos supostamente “esquecidos”. Nesse sentido, podemos nos perguntar sobre os substratos da memória dos moradores da Rua. Eles subsistem? E em subsistindo, de que se nutriria a sua sobrevivência? E, ainda, qual o seu significado para os ex-moradores da Rua em sua condição presente? Seriam tais substratos fontes de uma atitude de resistência?

Para os ex-moradores da Rua, o tempo presente é marcado pela necessidade de reconstrução dos referenciais simbólicos e identitários capazes de lhes prover o senso de pertencimento a um novo lugar, com seu conjunto de relações sociais. Em seus diferentes lugares-destinos, os enfrentamentos dessa necessidade de reconhecimento sócio-cultural, somados à de superação da persistente carência material, figuram de formas diferentes, em função do contexto local: acesso a infra-estrutura e serviços urbanos, configuração das redes de sociabilidade; acesso a trabalho e a serviços sociais, exposição aos riscos de violência, entre outros aspectos.

No *Planalto 2*, bairro construído exclusivamente para abrigar aproximadamente 600 famílias de ex-moradores da Rua, subsistem alguns referentes simbólicos que se constituem o fio de ressignificação da identidade do grupo, mesmo que este se encontre agora fragmentado. Nesse processo de ressignificação, às experiências vividas na Rua, que igualam a todos como “sofredores”, posto que submetidos às intempéries da pobreza urbana, se somam as mais recentes, do período de transição para o novo bairro: a experi-

ência comum de terem sido removidos do lugar onde construíram a maior parte de suas trajetórias de vida e, para a metade dessas famílias, de ter participado do mutirão que condicionava o acesso à nova casa. Essas experiências se constituem, pois, novos elementos incorporados a uma historicidade dilacerada, cujos cacos se encontram espalhados com os tantos sujeitos que se inscrevem em seu fluxo/percurso. No *Planalto 2*, subsistem mais fragmentos desses cacos, os quais favorecem, ainda que com baixa potencialidade, a resistência dos moradores ao processo de re-edição da sua estigmatização e segregação sócio-espacial.

O que se apresenta com maior visibilidade é o time de futebol, cujo nome fora preservado – Beira Rio –, embora a sua referência, em termos de localização espacial, não seja mais as margens do ribeirão Ipanema. Sua preservação em condições adversas, uma vez que requereu o enfrentamento de outros atores sociais interessados no espaço do campo, representou muito mais do que manutenção de um espaço destinado ao lazer dos moradores. A principal motivação desse enfrentamento foi o desejo de preservação de uma herança cultural do grupo, então ameaçada; de um substrato cultural da memória e da identidade coletiva. Note-se, por outro lado, que esse enfrentamento se constituiu um dos primeiros atos de afirmação (lembança) da presença dos moradores do *Planalto 2* na cidade face à operação de esquecimento.

Essa presença na cidade se afirma também por meio do componente de transgressão às normas e aos valores socialmente aceitos, que marca os atos de violência de alguns de seus moradores, e que goza de amplo espaço na mídia regional. Apostamos, aqui, na idéia segundo a qual o excesso de exposição pejorativa e discriminatória, na mídia regional, é combatido pelos “desviantes” com a busca da exposição recursiva. Em resposta à afirmação de que “eles são violentos”, se afirma um desejo de transgressão que tem na violência o maior potencial de reverberação na opinião pública. Nesse sentido, além de terem raízes nos fatores sócio-lógicos que explicam a violência no meio urbano, os atos de violência dessa parcela de moradores do *Planalto 2* têm como marca de especificidade o seu acentuado componente transgressor. Assim, a prática de crimes com elementos

de crueldade – como assassinatos a pauladas; ou precedidos de encarceramento até a sujeição da vítima à agressão de cães ferozes – assume uma dimensão aterrorizante; expressa, em boa medida, o desejo de seus agentes de se auto-representarem como “maus” e, dessa forma, de afirmarem sua presença na cidade como uma ameaça aos cidadãos. Trata-se, portanto, de uma violência cujo sentido não se esgota em sua prática, mas que se estende à sua repercussão pública. Ela assim se constitui em um insulto ao ideal de cidade que jamais incorporou e continua a não incorporar os ex-moradores da Rua.

A resistência à produção do esquecimento pode ser notada, ainda, na preservação do clima e do ritmo de vida boêmio, por parte de moradores da Rua Nossa Senhora das Graças, onde funcionava a antiga zona boêmia do Juá. Mesmo com o fim da zona e a transformação do cenário local, boa parte dos moradores mantém o costume de dormir durante o dia, reservando energias para a vida noturna, momento em que o trânsito de automóveis diminui, cedendo lugar à presença daqueles que se sentam às portas das casas, ao meio fio ou ocupam as esquinas, num movimento que desperta a suspeição da Polícia.

Também nas narrativas dos sujeitos que entrevistamos, o processo de produção do esquecimento foi enfrentado em uma tripla perspectiva: primeiro por meio da afirmação do seu protagonismo na construção e no desenvolvimento da cidade. A estratégia discursiva utilizada por eles foi, então, a de evidenciar as marcas e os vestígios de sua participação em acontecimentos, lugares e objetos que compõem a história e o cenário da cidade. De forma coerente ao protagonismo afirmado, o discurso da trajetória vitoriosa é, noutra perspectiva, também um gesto de resistência ao esquecimento. A afirmação da vitória não se apóia na comparação com as outras classes sociais, em termos das desigualdades de acesso às vantagens sociais na cidade, embora tenham plena consciência desse fato. A narrativa da vitória se assenta, antes, na confrontação dos anseios e perspectivas de vida que traziam consigo, quando da chegada à cidade com as conquistas efetivamente obtidas ao longo da trajetória pessoal. Em que pese o fato de que o trabalho de narrar a experiência vivida é sempre o processo de construção de um si-mesmo, portanto, de uma

auto-representação, aqui a conquista do patrimônio habitação, para os moradores do *Planalto 2*; e, para outros, a obtenção da aposentadoria, se constituem aspectos que pesam a favor da afirmação da vitória. Lembre-se, pois, que a maioria dos narradores e, como de resto, dos moradores da Rua, é formada por retirantes dos sertões e de pequenas cidades do Estado e do país, que chegaram a Ipatinga quase sem nada, apenas com seus denominados “galos de briga”.

Por fim queremos dizer que, neste trabalho de pesquisa acerca da trajetória dos moradores da Rua do Buraco no cenário urbano de Ipatinga, estivemos a juntar os fragmentos nas ruínas da memória de um grupo social com baixo nível de organização e consciência de sua historicidade. Ouvir as narrativas de alguns de seus moradores assumiu o sentido de atualização de memórias silenciadas e esfaceladas. Somam-se a nossa escuta e as suas narrativas face ao silêncio pretendido pelos discursos oficiais dominantes; discursos marcados pelo sempre renovado conteúdo de construção de uma cidade moderna e depurada. Escutamos memórias que de tão fragmentadas se fazem insuficientes para nutrir a constituição de uma memória comunitária de resistência, capaz de movê-los rumo à busca organizada e política do direito à cidade.

Escutamos, por vezes, entre os narradores aos quais solicitamos o trabalho de memória uma voz frágil, apelando para a junção dos cacos da memória coletiva do grupo. Orestes foi um desses narradores que manifestaram seu apelo, sem expressar em seu discurso a consciência dos reflexos das tantas rupturas experimentadas em suas trajetórias para a historicidade dos moradores da Rua. Disse ele: “Quando tem mais de um, a lembrança vem com mais força. Quer ver o exemplo da Bíblia? A Bíblia é assim: um passa e vê o crime, o outro vê o sangue escorrendo, o terceiro passa e vê o assunto. Eles todos juntos fazem um apinhado grande”. Sua fala é a expressão do sentimento de fragilidade que aflorou na cena enunciativa diante de uma memória em fragmentos e da solidão para recompor seus cacos.

As contradições do projeto original da cidade, bem como do projeto de revitalização de sua área central, apontam para a necessidade de se incorporar ao planejamento urbano os princípios do direito à cidade

como direito à vida urbana: “aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 2001, p. 143). Para tanto, é preciso avançar no sentido de conceber a cidade como lugar capaz de comportar as diferenças e integrá-las em lugar de segregá-las e de separá-las.

NOTAS

- 1 Este trabalho foi apresentado no 30º Encontro da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais), no Grupo de Trabalho: “Cidades: sociabilidades, cultura, participação e gestão”, em Caxambu, Minas Gerais.
- 2 O projeto elaborado por Rafael Hardy Filho foi encomendado pela [então] recém-criada empresa USIMINAS.
- 3 Nos informes publicitários da Prefeitura Municipal de Ipatinga, constam que os investimentos totais no Projeto somaram 35 milhões de reais. Destes, 51% financiados pelo BDMG/BIRD e 49% provenientes do orçamento da Prefeitura Municipal de Ipatinga.
- 4 IPATINGA. Prefeitura Municipal. Projeto Novo Centro: Sub-projeto: Remoção e Reassentamento. Programa Somma, 1995c.
- 5 Para Ecléa Bosi (1994), lembrar não é reviver, mas re-fazer o passado. As pessoas que se colocam a recordar no presente estão, pois, a realizar um trabalho de auto-representação.
- 6 Expressão cunhada em 1848, em seu *Manifesto do Partido Comunista*.
- 7 Conforme consta em diagnóstico que subsidiou a elaboração da proposta de Plano Diretor para Ipatinga (1991), excetuando a década de 1990, a cidade teve taxas de crescimento populacional superiores às médias nacional e estadual – mais de 18% ao ano, na década de 1960 e 12,1% nos anos 1970. No período entre 1980 a 1996, no entanto, esse crescimento foi de 1,7% ao ano.
- 8 IPATINGA. Prefeitura Municipal. Diagnóstico do Plano Diretor de Ipatinga. Volume 1, 1991, p. 70.
- 9 O Partido dos Trabalhadores deteve o mandato do Executivo municipal, no período de 1989 a 2004. O Prefeito Chico Ferramenta exerceu três mandatos: 1989-1992; 1997-2000; 2001-2004; e o Prefeito João Magno exerceu o mandato no período de 1993 a 1996.
- 10 O Parque Ipanema foi construído às margens do ribeirão Ipanema, em terreno desapropriado pela Prefeitura Municipal, na década de 1980. Sua área é superior a um milhão de metros quadrados, e abriga dentre outros equipamentos, um estádio de futebol, quadras poliesportivas, kartódromo; parque científico-educacional, área de lazer e para apresentações culturais.
- 11 Às intervenções do projeto *Novo Centro*, se seguiram outras etapas de “requalificação ambiental” do centro, como parte do Programa *Novo Somma*, aprovado em 2001, cuja ênfase era a

dinamização das atividades comerciais, a diversificação da vida urbana e de lazer do espaço então descongestionado, após a retirada da população ali residente.

- 12 Dentre esses signos, destaca-se a implantação, pela USIMINAS, de um *Shopping Center*, tendo como âncoras um moderno Centro Cultural e um Hipermercado. Outros empreendimentos surgiram na esteira desse processo: hipermercados; hotéis; centros universitários privados; um time de futebol que tem o nome da cidade e disputa a primeira divisão do Campeonato do Estado de Minas Gerais, bem como algumas competições nacionais; eventos culturais e exposições tecnológicas. Destaquem-se, ainda, os esforços da USIMINAS no sentido de ampliar o sistema de aviação regional, interligando através de vôos diários o Vale do Aço aos principais aeroportos de Minas e do país.
- 13 Entrevista que nos foi concedida por Joventino Feliciano, em 27/11/05.
- 14 Entrevista que nos foi concedida por Geraldo Fernandes Barbosa, em 19 e 20/08/05.
- 15 Obviamente, a referência do Salário Mínimo nesta análise tem como ponto negativo o fato de que o mesmo representou, nos contextos considerados (1974, 1977, 1995 e 1998), diferentes poderes de compra para os trabalhadores, questão que não aprofundamos neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de Velhos*. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Cláudio Márcio Letro de. Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de moradores da “Rua do Buraco” no espaço urbano de Ipatinga, 2006, 268 páginas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- D’ALÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil. In: DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DEMO, Pedro. Discutindo exclusão social. In: DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas/ SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 61).

- DEMO, Pedro. Pobreza sócio-econômica e política. In: DEMO, Pedro. *Pobreza política*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 27).
- ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista brasileira de história*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 28, v. 14, 1994.
- GUATIMONSIN, Gil Júnior. Projeto Memória da Usiminas. *Revista Usiminas, 25 Anos: a Implantação*. Ipatinga/MG: Fundação João Pinheiro; 1987.
- HARDY FILHO, Rafael. *Ipatinga, cidade aberta*. Belo Horizonte: Usiminas, 1972.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Diagnóstico do Projeto CURA, Ipatinga/MG: PMI, v. 1, 1978.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Diagnóstico do Plano Diretor de Ipatinga, Ipatinga/MG: PMI, v. 1, jul. 1991a.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Projeto Novo Centro: Sub-projeto: remoção e Reassentamento. Programa Somma, Ipatinga/MG: PMI, abril de 1995c.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Projeto Novo Centro: Sub-projeto: Remoção e Reassentamento. (Anexo I). Projeto Somma. Programa Somma, Ipatinga/MG: PMI, abril, 1995d.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Projeto Novo Centro: Sub-projeto: Remoção e Reassentamento. Programa Somma. Ipatinga/MG: PMI, abril, 1995e. Pesquisa Sócio-econômica (Anexo III),
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. Projeto Novo Centro: Sub-projeto: Reestruturação da Área Central. Programa Somma, abril, 1995h.
- IPATINGA. Prefeitura Municipal. *Marketing Público: um instrumento para a democracia e a qualidade de vida*. 2001a *Jornal DIÁRIO DO AÇO*. Revista Ipatinga: Ano Vinte. Ipatinga/MG, 28 abr. 1984.
- Jornal DIÁRIO DE AÇO*. Revista Vale do Aço 2000: Um século de história. Ipatinga/MG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999 (1ª reimpressão).
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. In: LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001a.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas/SP: UNICAMP, 2004.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 03, v. 2, 1º semestre, 1989.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Urbanismo: olhando a cidade, agindo na cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994ª.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Reforma Urbana na Cidade da Crise: balanço teórico e desafios. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (org.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994b.
- RUBIÃO, Murilo. Os dragões. In: RUBIÃO, Murilo (org.). *Contos reunidos*. São Paulo: Ática, 1998.
- SANTOS, Milton. Uma ontologia do espaço: noções fundadoras. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004. (Primeira Parte).
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu Tomaz da. 3 ed., *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TELLES, Vera. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: TELLES, Vera. *Direitos Sociais - Afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999b.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder; In: ARANTES, Antônio (org.) *O espaço da diferença Campinas*. São Paulo: Papirus, 2000.